



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 134/2025  
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 110/2025  
ART. 75, INCISO II DA LEI FEDERAL N.º 14.133/2021

**DO PREÂMBULO:**

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES/RS, com sede administrativa na Rua 13 de maio - S/N – Centro, na cidade de São Pedro das Missões - RS, CEP 98323-000 - neste ato representado pelo Prefeito Municipal, RAFAEL FUMAGALLI E SILVA, nos termos do art. 75, inciso II da Lei Federal N° 14.133, de 01 de abril de 2021, Torna Público aos interessados, que realiza **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com base nas justificativas e disposições legais abaixo fixadas.

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO:**

1.1. Aquisição de materiais decorativos e luminosos natalinos, destinados à ornamentação de ambientes internos e externos em eventos e celebrações do período natalino, conforme especificações e quantidades constantes na planilha de itens. O objeto compreende o fornecimento de enfeites temáticos, estruturas infláveis, fantasias, embalagens para presentes e sistemas de iluminação LED, atendendo às características técnicas estabelecidas para o Município de São Pedro das Missões/RS.

**2. PRAZO DO CONTRATO:**

2.1. O contrato terá vigência de 30 (trinta) dias, contados a partir da sua assinatura, nos termos do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133/2021.

**3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:**

É cediço que, em razão do ordenamento vigente, a licitação pública é obrigatória. No entanto, também é cediço que essa obrigatoriedade tem por finalidade a proteção do interesse público em razão da possibilidade da prática de atos imorais, atos esses eivados pela pessoalidade e que possam acarretar tratamento discriminatório não previsto em lei.

O objeto pretendido pela Administração e ora processado se caracteriza em hipótese dispensa de licitação, amparado no art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme parecer jurídico e justificativas presentes nos autos.

O motivo maior da existência da licitação pública é o respeito ao Princípio Constitucional da Isonomia, uma vez que o Contrato Administrativo decorrente da licitação pública vem ao final trazer benefícios econômicos ao contratado e, por esse motivo, todos aqueles potenciais interessados em contratar com a Administração Pública devem, nos termos da legislação vigente, ser tratados de maneira isonômica por parte da Administração Pública.

Neste sentido, a regra geral vigente no arcabouço jurídico pátrio é de que a contratação pública deve ser precedida de licitação pública, conforme a redação do art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB/1988, não deixando dúvidas o acima exposto. Entretanto, o próprio art. 37, inciso XXI, da CRFB de 1988 reza que podem existir casos previstos na legislação infraconstitucional em que a Administração Pública, respeitadas as formalidades legais, pode contratar de forma direta, conforme transcrição a seguir:



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES**

---

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*[...]*

*XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.*

Em mesmo sentido, e conforme redação do art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, são autorizadas contratações de forma direta.

Desta feita, a rigor, as compras, serviços, obras, alienações e locações realizadas no âmbito da Administração Pública Brasileira serão precedidos de processo licitatório, conforme fixa o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal de 1988.

Nesse sentido, Niebuhr (2015, p. 123):

*[...] a licitação pública é obrigatória em tributo aos princípios regentes da Administração Pública, que visam proteger o interesse público de atos imorais, marcados pela pessoalidade e, com destaque, que imputem aos membros da coletividade tratamento discriminatório apartado da razoabilidade [...].*

Analizando o tema a doutrina pátria manifesta-se no mesmo sentido, conforme transcrição a seguir:

*O fato é que, de modo muito claro, a regra é a obrigatoriedade de licitação pública, e a exceção se refere aos casos especificados pela legislação, que, como visto, redundam em inexigibilidade e dispensa. Bem se vê que o constituinte atribuiu competência ao legislador para integrar o dispositivo, declinando os casos em que a licitação pública não se impõe. Entretanto, o constituinte não permitiu que o legislador criasse hipóteses de dispensa não plausíveis, pois, se assim tivesse procedido, este último poderia subverter a própria regra constitucional relativa à obrigatoriedade de licitação.*

Com efeito, as contratações diretas constituem exceções à regra geral e, como tal, somente podem ser realizadas nos estreitos limites fixados pela legislação vigente.

No arcabouço jurídico pátrio, existem duas possibilidades de contratação direta, quais sejam:



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES**

---

- a) por dispensa de licitação; ou
- b) por inexigibilidade de licitação.

Especificamente, para o caso em tela, o art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, autoriza a dispensa de licitação, porquanto prevê a dispensa de licitação para contratações que envolvam valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), atualizado pelo Decreto nº 12.343/2024, para R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos).

Dessa forma, a contratação da empresa **KEROLY VITORIA DO AMARAL VEZARO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 49.119.708/0001-55, com sede na Rua Francisco Luiz Cardona, nº 665, Centro, na cidade de Sagrada Família/RS, CEP 98330-000, por meio de dispensa de licitação, além de encontrar amparo na legislação vigente é a solução mais adequada para suprir a necessidade da Prefeitura Municipal de São Pedro das Missões/RS.

#### **4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:**

A contratação para aquisição de materiais decorativos e luminosos natalinos faz-se necessária para atender à demanda de ornamentação de ambientes internos e externos do Município durante o período natalino, garantindo a adequada realização das ações e eventos alusivos às festividades de fim de ano.

A decoração natalina dos espaços públicos contribui para a valorização do ambiente urbano, fortalecimento do espírito de confraternização, incentivo à convivência comunitária e melhor acolhimento da população, além de promover um ambiente visualmente organizado e harmonioso.

A contratação dos itens especificados, conforme quantidades e características técnicas constantes na planilha, assegura padronização, qualidade e segurança na execução da ornamentação, atendendo ao interesse público e observando os princípios da legalidade, imparcialidade, moralidade, publicidade e eficiência que regem a Administração Pública.

#### **5. ENQUADRAMENTO DA CONTRATAÇÃO:**

**5.1.** A contratação fundamenta-se no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, e nas demais normas legais e regulamentares atinentes à matéria.

#### **6. DA CONTRATADA:**

A escolha das empresas, **KEROLY VITORIA DO AMARAL VEZARO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 49.119.708/0001-55, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, se deu com base nos princípios da economicidade, eficiência e atendimento ao interesse público, eis que a escolha foi fundamentada a partir da análise criteriosa de mercado. Além disso, verificou-se que a empresa atende integralmente às exigências legais e administrativas para contratação, apresentando documentação regular junto aos órgãos competentes, o que garante maior segurança jurídica à aquisição. Dessa forma, considerando a necessidade, bem como a regularidade e a competitividade da proposta apresentada pela empresa, justifica-se a escolha da empresa **KEROLY VITORIA DO AMARAL VEZARO**.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES**

---

VEZARO em consonância com os princípios da administração pública, em especial os da eficiência, economicidade e interesse público.

**7. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

- 7.1. Autorizar a entrega dos produtos.
- 7.2. Acompanhar o recebimento dos produtos, avaliando sua conformidade e qualidade e, caso necessário, rejeitando-o com justificativa, sem prejuízo da responsabilidade da Contratada.
- 7.3. Realizar o acompanhamento e a fiscalização do cumprimento contratual por meio de servidores designados como Gestor e Fiscal do contrato.
- 7.4. Comunicar imediatamente à Contratada qualquer irregularidade identificada no momento da entrega ou verificada posteriormente, para que sejam adotadas as medidas corretivas cabíveis.
- 7.5. Efetuar o pagamento à Contratada conforme as condições estabelecidas no contrato, desde que os produtos tenham sido entregues em conformidade com o objeto contratual.

**8. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

- 8.1. Fornecer todos os produtos, em conformidade com as características técnicas descritas, assegurando sua qualidade.
- 8.2. A contratada deverá manter compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, inclusive aquelas relativas às especificações.
- 8.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos produtos, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078, de 1990).
- 8.4. Comunicar por escrito à Administração, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.
- 8.5. Observar todas as normas de segurança durante o transporte e entrega dos produtos, bem como respeitar os horários e orientações fornecidos pela Administração Municipal.
- 8.6. Arcar com todos os encargos decorrentes da presente contratação, especialmente os referentes a fretes, taxas, seguros, encargos sociais e trabalhistas.
- 8.7. Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão contratual.
- 8.8. Cumprir fielmente as demais obrigações previstas no edital, no contrato administrativo e na legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021.
- 8.9. Substituir o objeto avariado no prazo estabelecido ou, não sendo possível, indenizar o valor correspondente acrescido de perdas e danos.

**9. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

**9.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b) Documento de identidade do dirigente, proprietário ou sócio com poderes de administração, nos termos do artigo 2º da Lei Federal n. 12.037/09;

**9.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES**

---

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, se houver, e obrigatoriamente o Municipal (Alvará de Localização ou Certidão de Inscrição Municipal), relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), estadual e Municipal do local da sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- e) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

**9.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- a) Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento;

**10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

**10.1.** O pagamento à CONTRATADA será efetuado em moeda nacional, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de conclusão da entrega dos produtos e a devida conferência pelo setor competente. O pagamento será por meio de depósito em conta corrente, mediante Ordem Bancária.

**10.2.** Havendo incorreção no documento de cobrança ou qualquer outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará pendente, e o pagamento sustado até que a contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte do Contratante.

**10.3.** A nota fiscal deverá ser emitida ao Município de São Pedro das Missões/RS e deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do n.º do contrato e nº do Processo e da Dispensa, a fim de se acelerar o trâmite de liberação do documento fiscal para pagamento.

**10.4.** Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**10.5.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**10.6.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**11. EXECUÇÃO DO OBJETO:**

- a) A contratada deverá realizar a entrega no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos após a emissão da nota de empenho ou assinatura do contrato.

- b) A contratada deverá realizar a entrega no endereço indicado pela secretaria requisitante, em data e horário previamente acordado.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES**

- c) A contratada deverá entregar os itens totalmente novos, em perfeitas condições de uso, sem avarias, defeitos ou sinais de desgaste.
- d) A contratada será responsável pelo transporte, carga e descarga, bem como por qualquer dano decorrente do manuseio inadequado durante a entrega.
- e) A contratada deverá substituir imediatamente, sem ônus ao Município, quaisquer itens identificados como divergentes, danificados ou em desacordo com as especificações.

**12. GESTÃO DO CONTRATO:**

**12.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**12.2.** As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito, sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**12.3.** O CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**12.4.** A formalização da contratação ocorrerá por meio de contrato.

**12.5.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

**13. ESTIMATIVA DO PREÇO:**

**13.1.** O valor total estimado da contratação é de R\$ 15.380,32 (quinze mil trezentos e oitenta reais e trinta e dois centavos), conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Quant.	Ref.	Valor Unit.	Valor Total
1	Festão decorativo na cor vermelha, confeccionado em material resistente, ideal para enfeites festivos e temáticos. Indicado para uso em eventos, celebrações e decorações sazonais, proporcionando destaque visual e acabamento vibrante ao ambiente	25	UN	R\$ 25,00	<b>R\$ 625,00</b>
2	Conjunto de luzes pisca-pisca ideal para decoração de ambientes internos ou externos. Possui iluminação intermitente que cria efeito decorativo aconchegante e festivo.	26	UN	R\$ 25,00	<b>R\$ 650,00</b>
3	Cesta de Natal confeccionada em vime trançado, com acabamento rústico e resistente.	2	UN	R\$ 45,00	<b>R\$ 90,00</b>
4	Bola decorativa de Natal em tamanho grande, disponível em cores variadas (de acordo com o pedido da administração). Produzida em	2	UN	R\$ 20,00	<b>R\$ 40,00</b>



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES**

	material leve e resistente, ideal para enfeitar árvores, ambientes internos e decorações temáticas.				
5	Bola decorativa de Natal em tamanho MÉDIA, disponível em cores variadas. Produzida em material leve e resistente, ideal para enfeitar árvores, ambientes internos e decorações temáticas.	4	UN	R\$ 10,00	<b>R\$ 40,00</b>
6	Enfeite decorativo natalino, produzido em material resistente e acabamento detalhado. Ideal para compor árvores, ambientes internos, vitrines e demais decorações temáticas.	8	UN	R\$ 20,00	<b>R\$ 160,00</b>
7	Pacote contendo 50 embalagens para presente, produzidas em material resistente e de fácil manuseio	12	UN	R\$ 52,85	<b>R\$ 634,20</b>
8	Fantasia temática Mamãe Noel, confeccionada em tecido confortável e acabamento detalhado	1	UN	R\$ 191,82	<b>R\$ 191,82</b>
9	Tubo luminoso Super LED de 50 cm, com iluminação intensa e homogênea	8	UN	R\$ 378,00	<b>R\$ 3.024,00</b>
10	Rena decorativa iluminada com tecnologia LED, compatível com sistema bivolt.	2	UN	R\$ 1398,00	<b>R\$ 2.796,00</b>
11	Bola decorativa cristal com 20 LEDs embutidos, proporcionando iluminação brilhante e uniforme.	6	UN	R\$ 199,90	<b>R\$ 1.199,40</b>
12	Enfeite luminoso tipo cascata, composto por 400 LEDs de alto brilho.	1	UN	R\$ 480,00	<b>R\$ 480,00</b>
13	Cordão luminoso com 40 LEDs em formato de bolinhas, funcionando em tensão 220V.	1	UN	R\$ 130,00	<b>R\$ 130,00</b>
14	Cortina luminosa com 300 LEDs de alto brilho, ideal para decorações internas ou externas.	1	UN	R\$ 380,00	<b>R\$ 380,00</b>
15	Papai Noel inflável com 1,5 metro de altura, produzido em	1	UN	R\$ 1.980,00	<b>R\$ 1.980,00</b>



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES**

	material resistente e próprio para uso decorativo. Ideal para áreas internas ou externas				
16	Bola inflável temática, com ilustrações do Papai Noel e seus amigos, produzida em material leve e resistente.	1	UN	R\$ 1.980,00	<b>R\$ 1.980,00</b>
17	Cascata luminosa modelo Fio de Fada, com dimensões de 3 x 5 metros, composta por microLEDs de brilho suave e elegante.	1	UN	R\$ 780,00	<b>R\$ 780,00</b>
18	Festão decorativo com 6 metros de comprimento, acompanhado de iluminação LED integrada.	1	UN	R\$ 199,90	<b>R\$ 199,90</b>
<b>TOTAL:</b>					<b>R\$ 15.380,32</b>

**14. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO, REPACTUAÇÃO OU REAJUSTE GERAL:**

14.1. Os preços poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços, nas seguintes situações.

- a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do princípio ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- c) serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- d) poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

14.2. Adotar-se-á para fins de Edital o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, para fins de reajuste geral de reposição.

**15. DAS SANÇÕES:**

15.1. Observados o contraditório e a ampla defesa, todas as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serão aplicadas pelo secretário municipal da pasta interessada, ou pela autoridade máxima da respectiva entidade, quando se tratar de autarquia ou fundação: Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES**

---

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

- I - Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
- II - Quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

## **16. ADEQUAÇÃO ORCAMENTÁRIA:**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES

**16.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, mediante a seguinte dotação:

- 1. Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças – 03**  
**Manutenção das Atividades Sec. Administração, Plan. E Finanças – 2003**  
**Material de Consumo – 3390.30.00.00.00.00**

**17. DA PUBLICAÇÃO E DELIBERAÇÃO:**

**17.1.** AUTORIZO a publicação no site da municipalidade a presente contratação direta firmada entre o **MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES/RS** e a empresa, **KEROLY VITORIA DO AMARAL VEZARO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 49.119.708/0001-55, com sede na Rua Francisco Luiz Cardona, nº 665, Centro, na cidade de Sagrada Família/RS, CEP 98330-000.

São Pedro das Missões, 12 de dezembro de 2025.

Rafael Fumagalli e Silva  
Prefeito Municipal